



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG BRUNO GOMES DE PAIVA**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:  
A NECESSIDADE DE DESPERTAR O INTERESSE PELA HISTÓRIA DO  
BRASIL PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIOTISMO**

**Rio de Janeiro  
2020**



**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**CAP ENG BRUNO GOMES DE PAIVA**

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:  
A NECESSIDADE DE DESPERTAR O INTERESSE PELA HISTÓRIA DO  
BRASIL PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIOTISMO**

Artigo Científico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da pós-graduação lato sensu em Ciências Militares, com ênfase em História Militar.

**Rio de Janeiro  
2020**



**MINISTÉRIO DA  
DEFESA EXÉRCITO  
BRASILEIRO DECEX -  
DESMil  
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS  
(EsAO/1919)**

**ASSESSORIA DE PESQUISA E DOCTRINA / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

Autor: **CAP ENG BRUNO GOMES DE PAIVA**

**Título: BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A NECESSIDADE DE DESPERTAR O INTERESSE PELA HISTÓRIA DO BRASIL PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIOTISMO**

Artigo Científico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da pós-graduação lato sensu em Ciências Militares, com ênfase em História Militar.

APROVADO EM \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ CONCEITO: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

<b>Membro</b>	<b>Menção Atribuída</b>
<b>Marcos Rodrigues Fischer Prado – Maj</b> Presidente da Comissão	
<b>Francisco Hamilton de Sousa Junior - Cap</b> Orientador	
<b>Pedro Afonso dos Santos Júnior - Cap</b> Membro	

**BRUNO GOMES DE PAIVA – Cap**  
Aluno

# **BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A NECESSIDADE DE DESPERTAR O INTERESSE PELA HISTÓRIA DO BRASIL PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIOTISMO**

Bruno Gomes de Paiva<sup>1</sup>  
Francisco Hamilton de Sousa Junior<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O dia 07 de setembro de 1822 marca uma data histórica para o Brasil, na qual o país se tornou independente politicamente de Portugal. Tal feito não poderia ser alcançado sem uma série de mudanças que ocorreram anos antes no cenário internacional. Pode-se citar inicialmente a crise do sistema colonial que ocorria no fim do século XVIII e ficou marcada por alguns episódios como por exemplo a Independência das Colônias Inglesas da América do Norte, a Revolução Francesa e a Revolução Industrial encabeçada pela Inglaterra. Outro fator relevante foi a introdução da produção manufatureira no Brasil, ocorrida no final do século XVIII na administração pombalina, pois a partir daí o Brasil passava a não depender única e exclusivamente da agricultura e do extrativismo mineral. Nesse mesmo período algumas crises se sucederam no Brasil, como a do ouro e a da cana de açúcar. A invasão de Portugal promovida por Napoleão Bonaparte fez com que D. João se evadisse, juntamente com sua Corte, para sua Colônia da América e esse foi talvez, um dos fatores mais determinantes para a conquista da independência do Brasil, já que acelerou o crescimento da produção manufatureira e mudou muitos hábitos da população. Alguns fatores se somaram como por exemplo os movimentos revoltosos Inconfidência Mineira e Conjuração Pernambucana, entre tantos outros. O Brasil não era mais o mesmo, passava por uma série de mudanças e o processo de independência não tardaria a chegar. A proclamação da independência foi proferida pelo príncipe regente D. Pedro, e essa é a base do início da história da República Federativa do Brasil. Conhecer esses fatos são fatores de patriotismo, em especial aos militares do Exército Brasileiro, cuja profissão remete justamente à defesa da pátria. Neste trabalho houve a preocupação de contar mais detalhadamente estes dados históricos para celebrar o aniversário de duzentos anos da independência do Brasil que ocorrerá em breve, bem como realizar um levantamento, através de questionário e entrevistas, sobre como está o conhecimento dessa história pelos militares do Exército, a fim de propor soluções em caso de possível insuficiência.

**Palavras-chave:** História do Brasil. Independência. Exército Brasileiro.

## **RESUMEN**

El 7 de septiembre de 1822 marca una fecha histórica para Brasil, en la que el país se volvió políticamente independiente de Portugal. Tal logro no podría lograrse sin una serie de cambios que ocurrieron años antes en el escenario internacional. Inicialmente, se puede mencionar la crisis del sistema colonial que ocurrió al fines del siglo XVIII y estuvo marcada por algunos episodios como la Independencia de las Colonias Inglesas en América del Norte, la Revolución Francesa y la Revolución Industrial encabezada por Inglaterra. Otro factor relevante fue la introducción de la producción manufacturera en Brasil, que tuvo lugar al fines del siglo XVIII en la administración pombalina, ya que desde ese momento Brasil no dependía únicamente de la agricultura y la extracción de minerales. En ese mismo período, en Brasil, siguieron algunas crisis, como la del oro y la de la caña de azúcar. La invasión de Portugal promovida por Napoleón Bonaparte hizo que D. João evadiera junto con su Corte, a su Colonia de América y este fue quizás uno de los factores más determinantes para la conquista de la independencia de Brasil, ya que aceleró el crecimiento de la producción manufacturera y cambió muchos hábitos de la población. Algunos factores se sumaron, por ejemplo, los movimientos de revuelta conocidos como Inconfidência Mineira y Conjuração Pernambucana, entre muchos otros. Brasil ya no era el mismo, estaba pasando por una serie de cambios y el proceso de independencia pronto llegaría. La proclamación de la independencia fue hecha por el Príncipe Regente D. Pedro, y esta es la base del comienzo de la historia de la República Federativa de Brasil. Conocer estos hechos son factores de patriotismo, especialmente para los soldados del ejército brasileño, cuya profesión se refiere precisamente a la defensa del país. En este trabajo, hubo una preocupación por contar estos datos históricos con más detalle, para celebrar los doscientos años de la independencia del Brasil que tendrá lugar pronto, así como realizar una encuesta, a través de un cuestionario y entrevistas, sobre cómo los militares conocen esta historia del Ejército, para proponer soluciones en caso de posible insuficiencia.

**Palabras clave:** Historia de Brasil. Independencia Ejército brasileño.

<sup>1</sup> Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2011.

<sup>2</sup> Capitão da Arma de Engenharia. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008.

## 1 INTRODUÇÃO

Aproxima-se a chegada do ano de 2022, no qual o Brasil comemorará o bicentenário de sua Independência. Às vésperas dessa expressiva solenidade, é imprescindível que o país olhe para o início de sua história de liberdade, em uma tentativa de entender seu passado, para que possa aplicar os ensinamentos colhidos no futuro, cabendo a seu povo desfrutar de uma terra repleta de dignidade, tendo assim, orgulho de ser patriota.

Como forma de iniciar as solenidades de comemoração do famoso “grito do Ipiranga”, este artigo científico propõe que os acontecimentos que originaram o processo de independência do Brasil, bem como os que logo após o ocorrido, corroboraram para a manutenção dessa condição de liberdade, sejam reescritos, lidos e debatidos por todos, de maneira que se perpetuem, evitando o enfraquecimento das bases do Estado Brasileiro, as quais só podem ser mantidas quando há o sentimento de amor ao seu país, caracterizado sob forma do verdadeiro patriotismo.

No processo de execução deste trabalho, inicialmente, será realizado uma cuidadosa exposição dos principais eventos ocorridos desde meados do século XVIII, período em que se registra o início da crise do sistema colonial, até o ano de 1822, ano em que o Brasil finalmente alcançou sua independência.

Posteriormente, como forma de materializar a proposta de perpetuação da história de independência do Brasil na memória do povo brasileiro, será realizada um questionário com diversos militares do exército sobre os conhecimentos desses fatos históricos, para que se possa ter uma ligeira noção de como anda o incentivo aos estudos desse assunto na caserna, em cujos valores cultuados, encontra-se em posição de destaque o valor Patriotismo.

Por fim, os dados obtidos serão tabulados e analisados, de maneira que seja possível o levantamento de propostas para o amplo incentivo ao conhecimento de dessa história por parte dos mais de duzentos mil militares do Exército Brasileiro que se espalham por todo território nacional.

## **1.1 PROBLEMA**

Os militares do Exército Brasileiro têm conhecimento acerca dos fatos históricos ocorridos no processo de Independência do Brasil?

Tal questionamento torna-se importante uma vez que conhecer e difundir a história de seu país caracteriza ato de patriotismo. Este sentimento de amor à pátria por muitas vezes é esquecido em nossa sociedade, porém deve ser cultuado rotineiramente nas Forças Armadas.

Para Carvalho (2006), o fenômeno histórico da Independência do Brasil mantém-se como marco incontornável de nossa história política. Esta perspectiva de Carvalho deixa clara a importância histórica desse movimento de emancipação política ocorrido no Brasil. E por mais que alguns autores, assim como ele, entrem em contradições a respeito da motivação de todo o processo, evidencia-se em datas comemorativas como a do 7 de setembro, demasiado interesse pelas festividades, oportunidade ímpar para inculcar na sociedade brasileira, ideais como patriotismo, cidadania, entre outros. A missão de disseminação destes conceitos pode e deve ser acompanhada também pelo Exército Brasileiro, já que é uma instituição de credibilidade junto a sociedade, e ao mesmo tempo, em teoria, apresenta esses valores institucionalizados em seus corpos de tropa.

## **1.2 OBJETIVOS**

A fim de verificar o nível de conhecimento dos militares do Exército Brasileiro acerca do tema Bicentenário da Independência do Brasil, o presente estudo pretende se aprofundar nos dados que convergiram para o acontecimento deste fato histórico.

Para viabilizar a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram o encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado:

- a) Apresentar os principais elementos históricos ocorridos durante o período de Independência do Brasil;
- b) Fazer um sumário levantamento de conhecimento, através de questionário com diversos militares do Exército Brasileiro acerca do referido tema;
- c) Analisar os dados obtidos através das respostas do referido questionário;

d) Apresentar proposta de soluções para melhoria de possíveis níveis de baixo conhecimento que porventura possam ser detectados na análise de dados.

### **1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES**

O tema foi escolhido devido a relevância da data de comemoração do Bicentenário da Independência do Brasil, que se aproxima. Em meio a esse contexto, a sociedade brasileira carece de incentivos a valores cívicos e morais tais como patriotismo, civismo e cidadania para que o sentimento de amor e orgulho pela pátria permaneçam presentes atualmente.

Tais valores, dentre os quais o patriotismo se destaca, são doutrinariamente cultuados pelo Exército Brasileiro. É muito difícil imaginar um quartel que não tenha uma bandeira do Brasil, ou mesmo que não cultue outros símbolos nacionais como o hino, por exemplo.

Desta feita, parte-se do pressuposto que da mesma maneira que a sociedade, os próprios militares do Exército Brasileiro podem estar perdendo o conhecimento da história de seu país, sobretudo da Independência do Brasil.

Este trabalho procura contribuir com a retomada do estudo da História do Brasil, no âmbito do Exército Brasileiro, procurando buscar dados sobre o nível de conhecimento do assunto Independência do Brasil, e oferecer algumas sugestões de como melhorar o acesso dos militares a esse conhecimento caso esteja insuficiente.

## **2 METODOLOGIA**

Para recolher dados que permitam levantar uma possível solução para o problema apresentado neste trabalho, esta pesquisa conterà os seguintes métodos: leitura analítica e fichamento das fontes bibliográficas; entrevistas com especialistas acerca do assunto, questionário com a participação de capitães alunos da EsAO; apresentação de resultados; e levantamento de soluções.

As fontes bibliográficas serão expostas na revisão da literatura, e para poder se chegar às soluções desejadas, os conceitos da pesquisa quantitativa serão utilizados no ato do recebimento das respostas dos capitães alunos ao questionário disponibilizado. A pesquisa qualitativa será utilizada na análise das respostas

obtidas nas entrevistas propostas. Por fim, ambas informações serão comparadas na expectativa de se chegar a contribuições positivas ao problema estudado.

## 2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Fausto (1996) aponta que as últimas décadas do século XVIII se caracterizaram por uma série de transformações no mundo ocidental, tanto no plano das ideias como no plano dos fatos. O Antigo Regime, ou seja, o conjunto de monarquias absolutas imperantes na Europa desde o início do século XVI, a que estavam ligadas determinadas concepções e práticas, entrou em crise. Da mesma maneira, Frota (2000) afirma que as ideias que então sacudiram a França, penetraram no Brasil trazidas por clérigos esclarecidos e por estudantes que haviam cursado as universidades europeias.

Estes inflamavam-se pelos conceitos emitidos por Jean Jacques Rousseau, acreditavam que devia desaparecer o poder absoluto dos reis, fundamentado na Teoria do Direito Divino, não mais aceita. A independência das Colônias Inglesas da América (1776) servia de exemplo pelo êxito alcançado. A Constituição elaborada pelos Americanos era um paradigma a seguir.

O ideal de Jean Jaqqques Rousseau foi acompanhado por outros pensadores europeus da época, como Montesquieu, Voltaire e Diderot. Embora em parte conflitantes, todos convergiam para as ideias do “pensamento ilustrado”. Esse movimento, também conhecido como Iluminismo, tornou-se uma corrente em favor da razão, pois somente com a razão os governantes poderiam tomar decisões em prol do bem-estar de seu povo, e caso esse compromisso não fosse cumprido, abririam margem a insurreição do povo, em busca de seus direitos naturais.

Logicamente esse movimento causou influências sociopolíticas, onde ficou conhecido como Liberalismo. O Liberalismo caracterizou-se no campo da economia por afirmar que o Estado não deve interferir na iniciativa privada. Na política, o pensamento liberal afirmava que o poder devia emanar do povo e não dos Reis.

Toda essa movimentação ocorrida no final do século XVIII não tardaria a chegar em terras brasileiras, aflorando ideais revolucionários que em meio a



situações particulares entre o Brasil Colônia e a Coroa de Portugal, serviria de bases para a Independência.

### **2.1.1 Crise no Sistema Colonial**

Já no fim do século XVIII, alguns episódios nortearam as transformações ocorridas no Ocidente, como por exemplo a Independência das Colônias Inglesas da América do Norte, a Revolução Francesa, a Revolução Industrial encabeçada pela Inglaterra, e a forte tendência de se limitar ou extinguir a escravidão.

A Revolução Industrial de maneira silente, transformou a Inglaterra na maior potência econômica mundial, e graças as suas novas máquinas, fontes de energia e desenvolvimento agrícola, tomou o controle do comércio internacional, forçando assim, o abandono do mercantilismo e a adoção do livre comércio. Logo os ingleses trataram de abrir novos mercados, cuidando para estreitar relações com as colônias portuguesas e espanholas da América, fator que enfraqueceu ainda mais os sistemas coloniais.

Esse movimento foi importante também porque, de maneira indireta compactuou com os ideais de abolição/diminuição da escravatura, pois mais homens livres significariam mais mão de obra para as indústrias, bem como um aumento do mercado consumidor. Outros fatores como o Iluminismo francês, e a própria questão religiosa caminharam a favor dessa corrente de libertação dos escravos.

De acordo com Fausto (1996), esse conjunto de mudanças representa uma etapa da formação do capitalismo industrial que se relaciona com a ascensão da burguesia ao poder.

### **2.1.2 A Administração Pombalina**

Ao comparar Portugal com os países que despontavam como potências, em meados do século XVIII, pode-se afirmar que se tratava de um país atrasado. Portugal dependia bastante da Inglaterra, a qual também realizava sua proteção contra Espanha e França. Contudo, a Coroa Portuguesa buscava a manutenção do sistema colonial e a limitação da insistente presença comercial inglesa no Brasil. Nesse processo, a atuação do ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, tornou-se um marco importante.

Sua atuação se estendeu de 1750 a 1777, representando um grande esforço no sentido de tornar mais eficaz a administração portuguesa e introduzir modificações no relacionamento entre Metrópole e Colônia. A reforma combinava a nova t nica absolutista da Europa com as doutrinas mercantilistas. Esse método se materializou em uma série de novas medidas.

No tocante às medidas que influenciaram diretamente o Brasil, pode-se citar algumas como:

- Cria o de duas companhias privilegiadas de comércio - a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) para desenvolver a região Norte e a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759) para desenvolver a região Nordeste, em ambos os casos com medidas protecionistas, a base de preços atraentes para produtos consumidos na Europa;

- Tentativa de coibir o contrabando de ouro e diamantes e de melhorar a arrecada o de tributos sobre estes minérios. Em Minas Gerais, o imposto de capita o foi substituído pelo antigo quinto do ouro;

- Incentivo   instala o de manufaturas em Portugal e no Brasil;

- Transferência da capital para a cidade do Rio de Janeiro;

- Ado o de uma série de medidas com rela o aos indígenas como a extin o da escravidão dos índios em 1757 e a transforma o de aldeias na Amazônia em vilas sob administra o civil; e

- Expulsão dos jesuítas de Portugal e seus domínios, com confisco de bens no ano de 1759.

O programa econ mico do Marqu s de Pombal de certa forma fracassou porque, em meados do século XVIII, a Colônia entrou em um período de crise econ mica que se prolongou até o fim da década de 1770. As principais causas foram a queda da produ o de ouro e a crise do açúcar, a partir de 1760.

### **2.1.3 O Reinado de Dona Maria I**

Após a morte de D. José I e, conseqentemente, da queda do Marqu s de Pombal, a administra o pombalina foi seguida por um período denominado de "viradeira", que de acordo com Cardoso (2006), foi o período em que D. Maria I passou a reinar em Portugal, sendo substituída, posteriormente, por seu filho D. José, devido a problemas psiquiátricos.

Maria Francisca, filha primogênita de D. José I, foi uma figura singularmente interessante, cujo tempo de governação coincide com a época pós-pombalina, conseguindo despertar paixões diversas não só entre os seus contemporâneos como nos que se lhe seguiram (Cesnova, 2011).

A própria expressão "viradeira", empregada para definir o período posterior à morte de Dom José em 1797 e à queda de Pombal, é um indício dessa visão. Muita coisa mudou: as companhias de comércio foram extintas e a Colônia foi proibida de manter fábricas ou manufaturas de tecidos, exceto as de pano grosso de algodão para uso dos escravos. Para Fausto (1996), esse fato e a repressão aos integrantes da Inconfidência Mineira deixaram, na historiografia brasileira, uma imagem muito negativa da época que se seguiu à queda de Pombal.

O autor prossegue afirmando que, nos anos entre 1777 e 1808, a Coroa continuou tentando realizar reformas para se adaptar aos novos tempos e salvar o colonialismo mercantilista. O reinado de Dona Maria I e do Príncipe Regente Dom João, ao contrário do anterior, beneficiou-se de uma conjuntura favorável à reativação das atividades agrícolas da Colônia: a produção de açúcar.

#### **2.1.4 Os Movimentos de Rebeldia**

Diante do cenário internacional desfavorável às velhas práticas do sistema colonialista, formavam-se no Brasil as bases ideológicas para a ascensão de movimentos de rebeldia contra o antigo regime.

Ao mesmo tempo que a Coroa lusa mantinha uma política de reforma do absolutismo, surgiram na Colônia várias conspirações contra Portugal e tentativas de independência. Elas tinham a ver com as novas ideias e os fatos ocorridos na esfera internacional, mas refletiam também a realidade local. Podemos mesmo dizer que foram movimentos de revolta regional e não revoluções nacionais. Esse foi o traço comum de episódios diversos como a Inconfidência Mineira (1789), a Conjuração dos Alfaiates (1798) e a Revolução de 1817 em Pernambuco (Fausto, 1996).

É interessante pensar que em algum momento os mais altos grupos da sociedade colonial nascidos no Brasil, e até mesmo portugueses que aqui moravam, começaram a entender o Brasil como um local a parte, sem a união simbiótica com Portugal.

Pode-se identificar as revoltas do fim do século XVIII como movimentos revolucionários que indicavam uma postura separatista. Esta afirmação se deve ao fato de terem sido revoltas de caráter regional, e conduzidas por grupos bastante heterogêneos, tanto em sua constituição, por serem mineiros, baianos, pobres, etc,

quanto por suas motivações, sejam elas o iluminismo francês, o liberalismo americano, a identificação de interesses diferentes em relação aos da metrópole, e até mesmo a percepção de que ela era a fonte de seus problemas. Esses movimentos, apesar de se caracterizarem como regionais, são bastante significativos para o início do processo de Independência do Brasil.

### **2.1.5 A Conjuração Mineira de 1789**

A capitania de Minas sentia mais diretamente a pressão metropolitana por ser a região produtora do ouro. A ganância da realeza tornava tirânicos os governadores, os quais exerciam severa vigilância sobre os habitantes. A decadência da mineração aumentava as dificuldades.

Um grupo de funcionários do mais alto status social e de considerável fortuna, começou a murmurar e formular o sonho de pôr fim a esta situação.

Curioso notar que a independência norte-americana não foi estranha a tais conversas. Alguns estudantes de Minas seguiram os cursos da Universidade de Montpellier, na França, em 1776. Entre eles, José Joaquim da Maia tornou-se entusiasta da emancipação dos Estados Unidos, e animou-se a escrever ao ministério da nova unidade política em Paris. Thomas Jefferson, sobre a possibilidade de serem os mineiros auxiliados por Washington, caso tentassem movimento libertatório semelhante. A resposta do diplomata foi, como não podia deixar de ser, ambígua e vaga. Maia morreu antes de voltar ao Brasil, mas seus companheiros de estudos conheciam o fato e o referiram confidencialmente a seus amigos, quando voltaram à capitania, e acharam auditório simpático à ideia (Calogeras, 1957).

O ambiente em que tais cogitações encontravam eco tinha por espíritos diretores principalmente sacerdotes de instrução regular. Na lista de livros da biblioteca confiscada de um deles, encontravam-se numerosos filósofos franceses.

A denúncia foi feita por um dos conspiradores, interessado em fazer perdoar a dívida que tinha para com a fazenda pública. Do processo decorreram penas numerosas; várias foram as condenações à morte. Um único dos réus sofreu execução e morreu na forca, tendo inclusive seu corpo esquartejado, para inibição de futuras revoluções.

Tratava-se de Joaquim José da Silva Xavier. Havia entrado para a carreira militar no posto inicial de alferes e nas horas vagas trabalhava como dentista, profissão que lhe rendeu a alcunha de Tiradentes. Não era o conjurado de mais alta significação, quer na hierarquia, quer na influência, pois de fato era o único desfavorecido de posses e sem prestígio social.

Um dos motivos alegados para o levante, o que realmente o tornava simpático à população, era a anunciada “derrama” para reaver o Erário Régio, que estava em atraso. Tratava-se de somas elevadas, e dentro da lista de devedores estavam os denunciantes, os coronéis Joaquim Silvério dos Reis, Basílio de Brito Malheiros e Inácio Pamplona.

Avisado, o governador e capitão-general logo tomou as precauções indispensáveis para fazer fracassar a conspiração: suspendeu as ordens relativas à derrama e mandou prender os denunciados. Durou o processo cerca de dois anos.

De acordo com a visão de Calogeras (1957), a admirável conduta superior de Tiradentes durante o processo, chamando a si todas as responsabilidades, procurando salvar a seus companheiros de rebeldia pela atenuação da parte que nesta havia tido, o faria ser legitimamente aclamado como o cabeça do levante, entrando para a história como mártir.

#### **2.1.6 A Conjuração Baiana de 1798**

Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro, perdera, a capitania da Bahia, a importância política que sempre desfrutara. Conforme Frota (2000), sua população, talvez cinquenta mil habitantes, vivia em dificuldades, que se agravavam com a permanente exigência de impostos.

Esse descontentamento despertou o interesse pelas ideias francesas que acabaram por incentivar a organização da Conjuração dos Alfaiates, também conhecida como Conjuração Baiana, no ano de 1798. Tratou-se de um movimento constituído por gente marcada pela cor e pela condição social: mulatos e negros livres ou libertos, ligados às profissões urbanas como artesãos ou soldados, e alguns escravos. Contudo, a participação de gente humilde a torna ideologicamente distante da Conjuração Mineira.

Entre os revoltosos destacavam-se vários alfaiates, derivando daí o nome da conspiração. Mesmo entre os brancos, predominava a origem popular, com a importante exceção do médico Cipriano Barata, que iria participar de vários movimentos revolucionários do Nordeste, por mais de quarenta anos.

Os conspiradores defendiam a proclamação da República, o fim da escravidão, o livre comércio especialmente com a França, o aumento do salário dos militares, a punição de padres contrários à liberdade.

A sonhada revolução não chegou a tomar vida, a não ser pela distribuição de alguns panfletos e uma série de articulações. Segundo Fausto (1996) após uma tentativa de se obter apoio do governador da Bahia, começaram as prisões e delações. Quatro dos principais acusados foram enforcados e esquartejados. Outros receberam penas de prisão ou banimento.

O excesso de rigor das penas foi desproporcional à ação dos revoltosos. Nelas transparecem a intenção de intimidar as possibilidades de novas articulações deste tipo. Foi um exemplo bem mais duro do que o proporcionado pelas condenações aos conjurados da Inconfidência Mineira. A rigorosidade pode se explicar pela origem social dos acusados, juntamente com o receio de novas rebeliões de negros e mulatos.

### **2.1.7 A vinda da Família Real para o Brasil**

A guerra que Napoleão Bonaparte realizava na Europa contra a Inglaterra, em princípios do século XIX, acabou gerando consequências para os portugueses. Após controlar quase toda a Europa Ocidental, Napoleão impôs um bloqueio ao comércio entre a Inglaterra e o continente. Portugal representava uma brecha no bloqueio e era preciso fechá-la. Em novembro de 1807, tropas francesas cruzaram a fronteira de Portugal com a Espanha e avançaram em direção a Lisboa.

O Príncipe Dom João, que regia o reino de Portugal desde 1792, quando sua mãe Dona Maria fora declarada louca, optou, em poucos dias, pela transferência da Corte para o Brasil. Entre 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcaram em navios portugueses rumo ao Brasil, sob a proteção da frota inglesa. Todo um aparelho burocrático vinha para a Colônia: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, oficiais do exército e da marinha, membros do alto clero. Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

### **2.1.8 A abertura dos portos**

De acordo com Calogeras (1957), no dia 21 de janeiro de 1808, a embarcação que conduzia o príncipe e a rainha avistou as terras da Bahia, e no dia seguinte, 22 de janeiro de 1808, alcançou a baía de Todos os Santos, onde pela carta de lei de 29 de janeiro, abriu os portos do Brasil ao comércio do mundo; e com este ato lançou as bases para a fundação do novo Império Americano.

A Inglaterra foi a principal beneficiária da medida. O Rio de Janeiro se tornou o porto de entrada dos produtos manufaturados ingleses, com destino não só ao Brasil como ao Rio da Prata e à costa do Pacífico. Já em agosto de 1808, existia na cidade um importante núcleo de 150 a 200 comerciantes e agentes comerciais ingleses. Descrevendo as arbitrariedades da alfândega do Rio de Janeiro, um desses agentes - John Luccock - relatava aliviado, em "que os ingleses tinham-se tornado senhores da alfândega, que eles regulavam tudo, e que ordens tinham sido transmitidas aos funcionários para que dessem particular atenção às indicações do cônsul britânico" (Fausto, 1996).

A abertura dos portos favoreceu também os proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão, principalmente), os quais se livravam do monopólio comercial da Metrópole. Daí para a frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições impostas pelo sistema colonial. Mas a medida contrariou os interesses dos comerciantes e provocou grandes protestos, tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto na cidade de Lisboa, a ponto de o príncipe Dom João ter de fazer algumas concessões.

Celebrou em 19 de fevereiro de 1810 com a Coroa da Inglaterra o tratado de comércio e navegação, o qual fortaleceria ainda mais os vínculos comerciais entre Portugal e Inglaterra, a qual ganharia oficialmente o direito à boas vantagens nessas transações. Juntamente com esse tratado, foi assinado o Tratado de Aliança e Amizade que deu o primeiro passo para a abolição da escravatura no Brasil.

### **2.1.9 A Corte no Rio de Janeiro**

A mudança da sede da monarquia portuguesa para as terras brasileiras alterou o contexto das relações internacionais junto a América do Sul. A política externa de Portugal passou a ser decidida em sua colônia da América do Sul, sendo instalado no Rio de Janeiro o Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros. Além de realizar

uma expedição à Guiana Francesa, a Coroa concentrou sua ação na região do Prata, especificamente na Banda Oriental – atual Uruguai - região onde portugueses e espanhóis se chocavam desde meados do século anterior.

Com o objetivo de anexar a Banda Oriental ao Brasil, Dom João VI realizou duas intervenções militares, em 1811 e a partir de 1816. A derrota de Artigas - principal figura na luta pela independência uruguaia - garantiu aos portugueses a posse da região e a incorporação da Banda Oriental ao Brasil, em 1821, com o nome de Província Cisplatina. Entretanto, os conflitos no Prata estavam longe de terminar (Fausto,1996).

Ocorreu também certa preocupação em adotar hábitos e políticas públicas que assemelhassem o Rio de Janeiro a Lisboa. Multiplicaram-se obras em quase todas as ruas e novas moradias foram erguidas com a fisionomia de residências portuguesas.

A comercialização de mercadorias de luxo foi propiciada pelos europeus recém-chegados e pelos habitantes locais, preocupados em imitar os usos e costumes da Corte, dando a cidade ares de uma capital da Europa. Foi criada em 1808 a Intendência Geral da Polícia, nos moldes da existente em Lisboa, cuja função era de policiar a cidade, no sentido de aproximá-la da civilização, e também cuidar da urbanização, controlar espetáculos e festejos públicos e promover a solução de conflitos conjugais, familiares e de vizinhança.

Imediatamente após sua chegada ao Rio de Janeiro, Dom João dava início à implantação de um sistema administrativo na América. Foram instalados importantes órgãos administrativos do Estado Português: os ministérios do Reino, da Guerra e Estrangeiros e o da Marinha e Ultramar; os Conselhos do Estado e o da Fazenda, o Supremo Militar, as Mesas de Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Dom João providenciou a abertura de várias escolas de ensino superior, dentre elas a Escola Médico-Cirúrgica da Bahia e a Academia Real do Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura; fundou também as primeiras escolas primárias de ensino de artes e ofício; o Banco do Brasil (1808); a Biblioteca Nacional; o Jardim Botânico e, ainda, promoveu a fundação da Imprensa Régia no Brasil e a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816, responsável por trazer para a América as práticas culturais da Europa. (Fausto, 1966).

Para Dias (2009), a vinda da Corte, com a instalação do estado português no Centro-Sul, daria início a transformação da colônia em “metrópole interiorizada”. Como uma metrópole, a Corte do Rio dava continuidade a uma estrutura política e administrativa da colônia, uma vez que as províncias do eixo Norte e Nordeste continuavam sendo controladas e exploradas pela “metrópole” do Centro-Sul.



Naquelas duas regiões, houve um aumento dos impostos sobre a exportação do açúcar, tabaco, algodão e couros, criando uma série de tributações que sobrecarregavam as províncias, a fim de custear as despesas da Corte com o funcionalismo, com obras públicas, e também com as guerras na Guiana e no Prata. Para estas províncias parecia a mesma coisa dirigirem-se para Lisboa ou para o Rio de Janeiro.

### **2.1.10 A Revolução Pernambucana de 1817**

O sentimento que havia na região Nordeste era o de que, com a vinda da família real para o Brasil, o domínio político da Colônia passou de uma cidade estranha para outra igualmente estranha, ou seja, de Lisboa para o Rio de Janeiro. A revolução que estourou em Pernambuco em março de 1817 fundiu esse sentimento com vários descontentamentos resultantes das condições econômicas e dos privilégios concedidos aos portugueses.

O historiador Silva (2005) aponta que, por volta de 1810, Pernambuco contava com uma população de 391.986 pessoas, das quais aproximadamente 42% constituíam-se de negros e mulatos livres. Este mesmo historiador dá relevância à constatação de que o povo foi sinônimo de preto, mulato, pardo ou simplesmente de negro. Ainda às vésperas de 1817, viu-se pela primeira vez um negro Alferes do regimento dos Henriques bater em um português que proferiu alguns improperios contra os brasileiros.

Diante disso, o governador Caetano Pinto “alarmou-se com esta quebra da ordem étnica e viu nela, com razão, uma manifestação que ultrapassava uma disputa individual. Era algo mais fundo e perigoso que se fazia presente, a oposição entre portugueses e brasileiros sobre a qual já havia recebido diversas denúncias e advertências”. (Silva, 2005).

Outro dado importante da Revolução de 1817 se encontra no fato de que ela passou do Recife para o sertão, estendendo-se a Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

O desfavorecimento regional, acompanhado de um forte antilusitanismo, foi o denominador comum dessa espécie de revolta geral de toda a área nordestina. Não devemos imaginar, porém, que os diferentes grupos tivessem os mesmos objetivos. Para as camadas pobres da cidade, a independência estava associada à ideia de igualdade. Nesse clima revolucionário, as gentes simples faziam suas próprias leituras dos processos que os circundavam. Foi então que “os cabras, os mulatos e crioulos andavam tão atrevidos que diziam éramos todos iguais, e não haviam de casar, senão brancas, das melhores” (Fausto, 1996).

Os revoltosos tomaram a cidade de Recife e implantaram um governo provisório baseado em uma "lei orgânica" que proclamou a República, estabeleceu a igualdade de direitos e a tolerância religiosa, mas não tocou na questão da escravidão. Enviaram emissários às outras capitanias e a países como Estados Unidos e Inglaterra, em busca de apoio e de reconhecimento. O movimento avançou pelo sertão, no entanto, logo em seguida, sofreu o ataque das tropas portuguesas, a partir do bloqueio marítimo de Recife e do desembarque de militares em Alagoas. Por fim, as tropas portuguesas ocuparam Recife em maio de 1817, dando fim a revolta que durou apenas dois meses. Seguiram-se as prisões e execuções dos líderes da rebelião.

### **2.1.11 A Independência**

Napoleão foi vencido em 1814 pela Sexta Coalizão que era uma união militar entre Áustria, Prússia, Rússia, Suécia, Reino Unido e alguns estados alemães. Logo em seguida reuniu-se na capital austríaca o Congresso de Viena, cujo objetivo era reunir os embaixadores das grandes potências europeias no intuito de redesenhar o mapa político do continente europeu após o fim da Era Napoleônica. Já não havia motivos para a coroa portuguesa permanecer no Brasil. O príncipe regente, no entanto, optou por permanecer na Colônia e, já no fim de 1815, elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves.

Meses depois, após a morte da rainha Dona Maria I, ele seria consagrado como rei de Portugal, do Brasil e Algarves, com o título de Dom João VI.

Segundo Calogeras (1957), o Brasil fixou suas fronteiras com a porção castelhana do continente, e com a França, na Guiana Francesa, a qual foi conquistada pelas tropas de D. João VI, e somente em 1817, sua capital Caiena foi deixada pelos portugueses como resultado do Tratado de Viena. O tráfico de escravos, condenado pela maioria dos países, ia sendo assediado por todos os lados, e ameaçava com novos dissídios às relações anglo-brasileiras, pois a direção impressa pela Grã-Bretanha à repressão de tal comércio ia se tornando cada vez mais enérgica.

Os sentimentos portugueses quanto ao novo reino tornavam-se dia a dia mais hostis, e a amargura crescia quanto mais D. João demorava a voltar para a Europa.

Aos poucos, agravava-se a seriedade dos acontecimentos, tanto na Europa como na América. A necessidade de um governo constitucional era, com raras exceções, um sentimento popular nos dois continentes.

Em Portugal começou larga agitação com o intuito de forçar o retorno do rei, fato que era motivado pelas crises política, militar e econômica que o país vivia. Na ausência de Dom João, Portugal foi governado por um conselho de regência presidido pelo marechal inglês Beresford. Depois da guerra contra Napoleão, Beresford se tornou o comandante do Exército Português.

Logo no início do ano de 1820, surgia no Porto uma sociedade secreta, o Sinédrio, que, apoiada pela maçonaria e entrando em contato com os constitucionalistas da Espanha, articulou um movimento para fazer regressar o rei. A viagem de Beresford ao Rio de Janeiro precipitou a revolta, que estalou a 24 de agosto, e lhe deu êxito. Beresford, de regresso, foi impedido de desembarcar pelo Desembargador Manoel Fernandes Tomás e pelo ouvidor José da Silva Carvalho, enquanto se espalhava a revolta. Adotando provisoriamente a Constituição espanhola, os revoltosos organizaram uma Junta Provisional de Governo, a qual convocou as Cortes Gerais Extraordinárias da Nação Portuguesa (Frota,2000).

A revolução do Porto de 1820 tinha aspectos contraditórios para os brasileiros. Podia ser definida como liberal, por considerar a monarquia absoluta um regime ultrapassado e opressivo, e por tratar de dar vida a órgãos de representação da sociedade, como é o caso das Cortes. Ao mesmo tempo, podia ser definida como conservadora ao promover os interesses da burguesia lusitana e tentar limitar a influência inglesa, em uma clara pretensão de fazer com que o Brasil voltasse a se subordinar inteiramente a Portugal.

No fim de 1820, os revolucionários estabeleceram em Portugal uma junta provisória para governar em nome do rei e exigiram sua volta à antiga Metrópole.

Decidiram convocar as Cortes, a serem eleitas em todos os territórios dominados por Portugal, com o propósito de redigir e aprovar uma Constituição. De acordo com Fausto (1996), estabeleceu-se um critério de representação de acordo com o número de habitantes, cabendo ao Brasil entre 70 a 75 deputados, em um total de mais de 200. Previu-se a criação no Brasil de juntas governativas leais à revolução nas várias capitanias, que passavam a se chamar províncias.

Contudo, o absolutismo possuía raízes fundas em Portugal, mais do que o movimento constitucional, os chefes deste último sentiam o perigo de serem derrotados por seus adversários. Assim, tomaram providências para convidarem

autoridades e personalidades de prestígio à prestação do juramento à Constituição ainda por ser elaborada. Qualquer tempo de demora até a feitura das novas tábuas da lei poderia ser aproveitado para restaurar o absolutismo, e, por isso tratou-se de dar celeridade ao processo.

Deu-se de imediato início à tarefa de escolher os deputados à Constituinte, que vinham a ser as novas Cortes, em Lisboa. Como diretriz geral das instruções dadas ao corpo eleito de representantes, figuravam os pontos seguintes: absoluta igualdade, tanto política como econômica, dos dois reinos; organização paralela de ambos; permanência alternativa da sede do governo, em ambas as margens do oceano.

Não correspondia tal programa, entretanto, aos anseios de Portugal, amargurado e invejoso da supremacia brasileira durante anos. Os constituintes brasileiros foram mal recebidos em Lisboa, feitos alvos de chacota, sendo ouvidos com acentuado desprezo, quando reclamavam ou exigiam.

Cada vez mais se tornava imprescindível a volta de D. João a Lisboa. Todas as influências se exerciam sobre ele para que a apressasse. A Inglaterra era das mais interessadas e das mais enérgicas em lhe inculcir no espírito a noção da necessidade de retornar à Europa; chegou a enviar uma esquadra ao Brasil, a fim de transportar o monarca. D. João VI recusou, e adiou sua partida o quanto pôde.

A questão do regresso ou não de Dom João VI logo se encerrou. Temendo perder o trono caso não regressasse a Portugal, o rei decidiu retornar. Embarcou em abril de 1821, acompanhado de 4 mil portugueses. Em seu lugar, ficava como príncipe regente seu filho Pedro, futuro Dom Pedro I. Nos meses seguintes, ocorreram no Brasil as eleições para as Cortes. Quase todos os eleitos eram nascidos no Brasil. Entre eles, estavam alguns defensores radicais ou ex-radicalis da Independência, como Cipriano Barata (Bahia), Muniz Tavares (Pernambuco) e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (São Paulo), que haviam participado da Revolução de 1817. (Fausto, 1996).

As Cortes em Portugal começaram a se reunir em janeiro de 1821, meses antes da chegada dos deputados eleitos no Brasil. Tomaram-se uma série de medidas que produziram profundo descontentamento na Colônia. Os governos provinciais passariam a ser independentes do Rio de Janeiro, subordinando-se diretamente a Lisboa. Houve uma tentativa nas Cortes de revogar os acordos comerciais com a Inglaterra, que eram do interesse tanto dos ingleses quanto dos grandes proprietários rurais brasileiros e dos consumidores urbanos. Entre fins

de setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pelas Cortes fortaleceram no Brasil a opção pela independência, até aí apenas esboçada.

Decidiu-se transferir para Lisboa as principais repartições instaladas no Brasil por Dom João VI, destacaram-se novos contingentes de tropas para o Rio de Janeiro e Pernambuco e, ponto decisivo, determinou-se a volta para Portugal do príncipe regente. O "partido brasileiro" concentrou seus esforços no objetivo de conseguir a permanência de Dom Pedro no Brasil. A decisão do príncipe de ficar no país, solenizada no "dia do fico" (9 de janeiro de 1822), representou a escolha de um caminho sem retorno.

Os atos do príncipe regente posteriores ao "fico" foram atos de ruptura. As tropas portuguesas que se recusaram a jurar fidelidade a Dom Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro. Esboçava-se a partir daí a criação de um Exército Brasileiro. Dom Pedro formou um novo ministério, composto de portugueses, mas cuja chefia coube a um brasileiro, José Bonifácio de Andrada e Silva.

José Bonifácio provinha de uma das famílias mais ricas de Santos, onde seu pai se dedicara à exportação de açúcar. Estudou em Coimbra e permaneceu na Europa entre 1783 e 1819. Ocupou cargos administrativos importantes em Portugal, tendo sido professor universitário em Coimbra. De volta ao Brasil, foi chamado a presidir em março de 1821 a junta provisória de São Paulo. Atribuiu-se a ele a autoria das Lembranças e Apontamentos, escritas para orientar a ação dos deputados brasileiros às Cortes, onde, entre outros pontos, se sugere a fundação de "uma cidade central no interior do Brasil", com o objetivo de desenvolver o povoamento. Não é fácil rotular o pensamento de José Bonifácio. Defendia ideias progressistas no campo social, como a gradativa extinção do tráfico de escravos e da escravidão, uma reforma agrária e a livre entrada de imigrantes no país. Politicamente, era um liberal conservador, adversário das "esfarrapadas bandeiras da suja e caótica democracia", como disse em certa ocasião. Considerava adequada para o Brasil a forma monárquica de governo, sustentada por uma representação dos cidadãos restrita às camadas dominantes e ilustradas. (Calogeras, 1957).

Um exemplo concreto das divisões políticas da época encontra-se na discussão sobre a conveniência de se eleger no Brasil uma Assembleia Constituinte e sobre a forma de se proceder a eleição que deveria ocorrer na primeira metade de 1822. José Bonifácio e todo um grupo eram contrários a convocação, enquanto homens como Gonçalves Ledo, Muniz Barreto, José Clemente Pereira, Martim Francisco manifestavam-se a favor.

Em junho de 1822 Dom Pedro acolheu a proposta, abriu-se um debate sobre o seguinte tema: a eleição deveria ser direta ou indireta? Gonçalves Ledo defendia a eleição direta, dizendo que se "o maior número pede eleição direta, a lei às deve sancionar, pois só por ela se pode dizer que o Povo nomeou seus representantes". Ao contrário, após terem sido acolhidas as eleições indiretas, realizadas somente após a Independência, as instruções eleitorais – correspondentes aproximadamente à lei eleitoral de nossos dias - justificaram a medida adotada, tendo em vista as condições brasileiras. No Brasil, diziam as instruções, não havia uma população homogênea em que estão difundidas as luzes e as virtudes sociais.

Após a decisão de se convocar uma Constituinte, aceleraram-se as decisões de rompimento, mesmo quando se invocava ainda o propósito de "união com Portugal". Passou-se a exigir como requisito para aproveitamento no serviço público a adesão à causa da união e independência do Brasil; recomendou-se aos governos provinciais não dar posse a empregados vindos de Portugal. Em agosto de 1822, o príncipe regente decretou que as tropas vindas da Metrópole seriam consideradas inimigas. Gonçalves Ledo e José Bonifácio dirigiram manifestos às nações amigas. Os despachos de Lisboa que revogavam os decretos do príncipe regente determinavam mais uma vez seu regresso a Lisboa e acusavam os ministros de traição.

A Princesa Dona Leopoldina e José Bonifácio enviaram às pressas as notícias ao príncipe, em viagem a caminho de São Paulo. As recomendações ao portador de que arrebatasse uma dúzia de cavalos se fosse preciso, para chegar o mais rápido possível, indica o interesse de José Bonifácio em apressar a independência e fazer de São Paulo o cenário da ruptura final. Alcançado a 7 de setembro de 1822, às margens do Riacho Ipiranga, Dom Pedro proferiu o chamado Grito do Ipiranga, formalizando a independência do Brasil. Em 19 de dezembro de 1822, com apenas 24 anos, o príncipe regente era coroado Imperador, recebendo o título de Dom Pedro I. (Calogeras, 1957).

O Brasil se tornava independente, com a manutenção da forma monárquica de governo. Mais ainda, o novo país teria no trono um rei português. Este último fato criava uma situação estranha, porque uma figura originária da Metrópole assumia o comando do novo país. Em torno de Dom Pedro I e da questão de sua permanência no trono muitas disputas iriam ocorrer nos anos seguintes.

## 2.2 COLETA DE DADOS

### 2.2.1 Entrevistas

Foram buscadas experiências junto à militares que possuem cursos e experiência na área de História. As entrevistas exploratórias foram executadas conforme abaixo:

Nome	Justificativa
<p>ADAILTON CALDERARO BORTOLUCCI Tenente Coronel do Exército Brasileiro</p>	<p>Realizou os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pós-graduação em História do Brasil pela Universidade Cândido Mendes, Instituto Prominas, além de ter realizado o Curso Preparatório para a ECEME.</p>
<p>SÉRGIO APARECIDO BUENO DE OLIVEIRA Cel R1 do Exército Brasileiro</p>	<p>Realizou os Cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e Escola de Comando e Estado Maior do Exército (Curso de Comando e Estado-Maior e Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército). Atualmente é professor de História Militar I na Escola Preparatória de Cadetes do Exército.</p>

**Quadro 1** – Quadro de militares entrevistados

**Fonte:** O Autor

### 2.2.2 Questionário

A amplitude do universo foi estimada a partir do efetivo de oficiais de carreira que estão a algum tempo formados. O estudo não foi limitado a distintas armas, quadros ou serviços, por se tratar de um assunto cujo domínio parcial não necessite de específica formação.

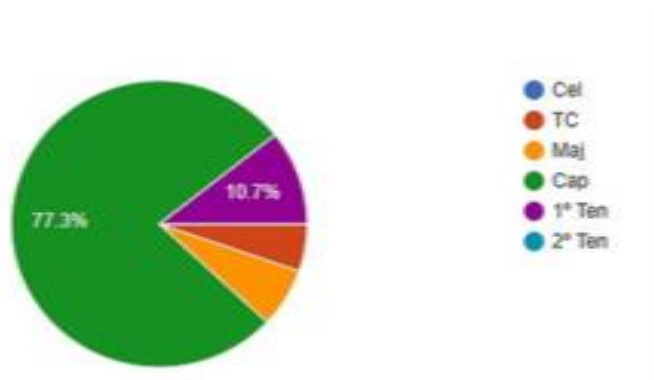
A fim de atingir uma maior confiabilidade das induções realizadas, buscou-se atingir uma amostra significativa, a qual foi finalizada com a participação de 75 oficiais no grupo de amostra que foi selecionado em diferentes Organizações Militares, de maneira a não haver interferência de respostas em massa ou

influenciadas por características culturais de cada região do país. A sistemática de distribuição dos questionários ocorreu de forma indireta (WhatsApp) para todos os militares selecionados, não havendo necessidade de invalidar nenhuma por preenchimento incorreto ou incompleto.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica buscou identificar os principais fatos históricos que ocorreram no processo de Independência do Brasil, dentre os quais alguns se destacam como sendo elementos embrionários da formação do Exército Brasileiro. A pesquisa de campo visou encontrar dados que pudessem ratificar ou retificar a necessidade de se implementar uma melhor divulgação da história da Independência do Brasil nos diversos quartéis do Exército, bem como entender o nível da importância do conhecimento desses fatos para a formação do patriotismo de seus militares.

Com a intenção de levantar tais informações de maneira ampla, procurou-se definir o grupo de amostra com extensa diferença de tempo de serviço entre os participantes, para que pudesse extrair informações de pontos de vista diferentes. Pode-se observar essa diversificação nas duas figuras abaixo.

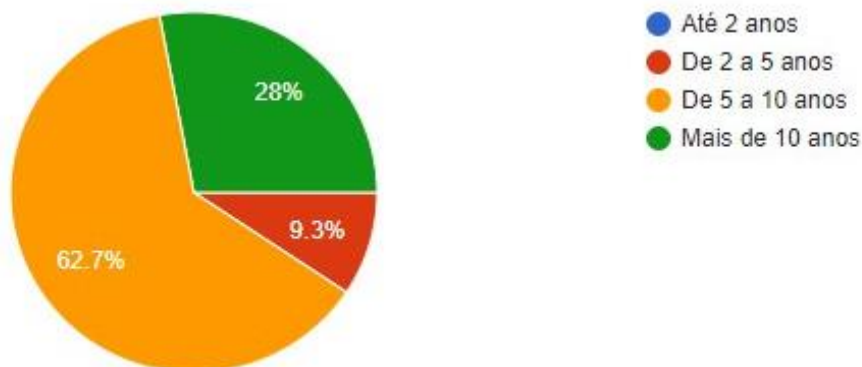


**Figura 1** – Postos dos militares que responderam ao questionário  
**Fonte:** O Autor

Ao analisar a Fig. 1, verifica-se que uma parcela considerável de 77,3% dos militares que responderam ao questionário são capitães, que 10,7% são 1º Tenentes, que 6,7% são Majores e que os 5,3% restantes são Tenente Coronéis. Com isso, há a premissa de que o problema levantado neste trabalho pôde



ser discutido com oficiais de níveis hierárquicos diferentes, aumentando as possibilidades de respostas diferentes aparecerem devido a experiência em amplos níveis de comando dos participantes.

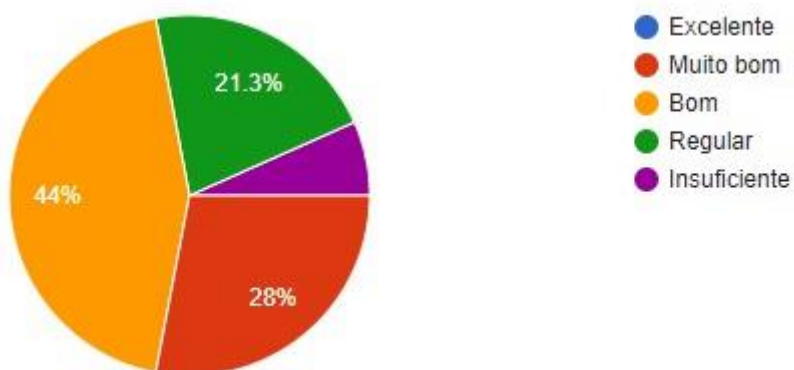


**Figura 2** – Tempo de experiência profissional após a formação para o oficialato.

**Fonte:** O Autor

Ao analisar a Fig. 2, observa-se que, 62,7% dos militares que responderam ao questionário têm de 5 a 10 anos de tempo de experiência profissional após a formação para o oficialato. Verifica-se que 28% têm experiência de mais de 10 anos e 9,3% têm experiência de até 2 anos após formado. Esses dados corroboram para a ideia de que o público selecionado para participar é bastante diversificado.

Na sequência observa-se os resultados de outros questionamentos propostos na pesquisa de campo:

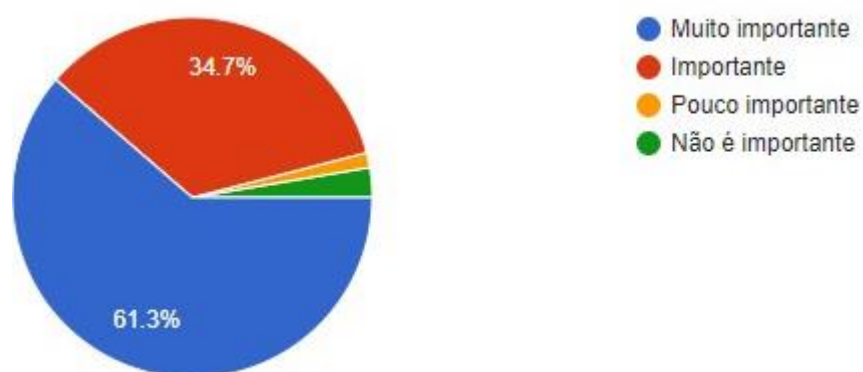


**Figura 3** – Percentagem da opinião dos participantes acerca do nível de conhecimento dos militares do Exército sobre a Independência do Brasil.

**Fonte:** O autor

Analisando a figura 3, observa-se que 44% dos participantes acreditam que o conhecimento dos militares a respeito da história do Brasil é bom, 28% acreditam que é muito bom, 21,3% acreditam que é regular e os outros 6,7% acreditam que o

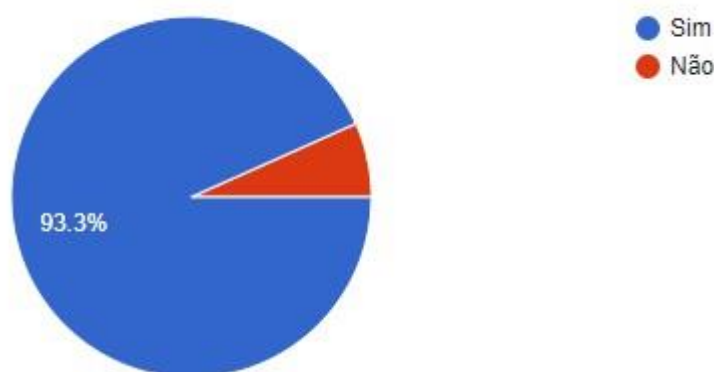
conhecimento em questão é insuficiente. Esses dados levam a crer que há uma percepção geral de que o nível de conhecimento dos militares do Exército é aceitável, porém os números indicam também que podem ser criadas oportunidades de melhoria.



**Figura 4** – Percentagem da opinião dos participantes acerca da importância para o Exército, de se cultivar a história da Independência do Brasil.

**Fonte:** O Autor

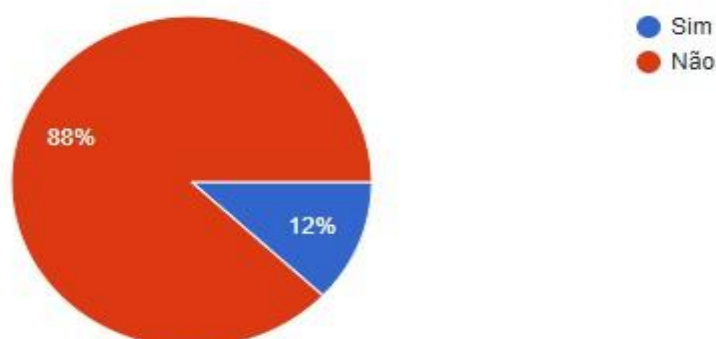
Ao analisar o gráfico da Fig. 4, verifica-se que 61,3% dos participantes do questionário acreditam que para o Exército, cultivar a história da Independência do Brasil é muito importante, para 34,7% é importante e apenas 4% julgam ser pouco ou até mesmo não ser importante. Com esses dados pode-se entender que há uma noção geral de que se enxerga a Independência do Brasil como um acontecimento histórico de bastante relevância para o Exército.



**Figura 5** – Percentagem dos participantes que acreditam que incluir instruções nos Programas de Instruções da Unidade, sobre a história da Independência do Brasil pode auxiliar na formação do patriotismo dos militares do Exército.

**Fonte:** O Autor

Verifica-se, ao analisar a Fig. 5, que para 93,3% dos militares que responderam ao questionário, a inclusão de instruções acerca do assunto nos Programas de Instruções da Unidade pode auxiliar na formação do patriotismo dos militares do Exército.

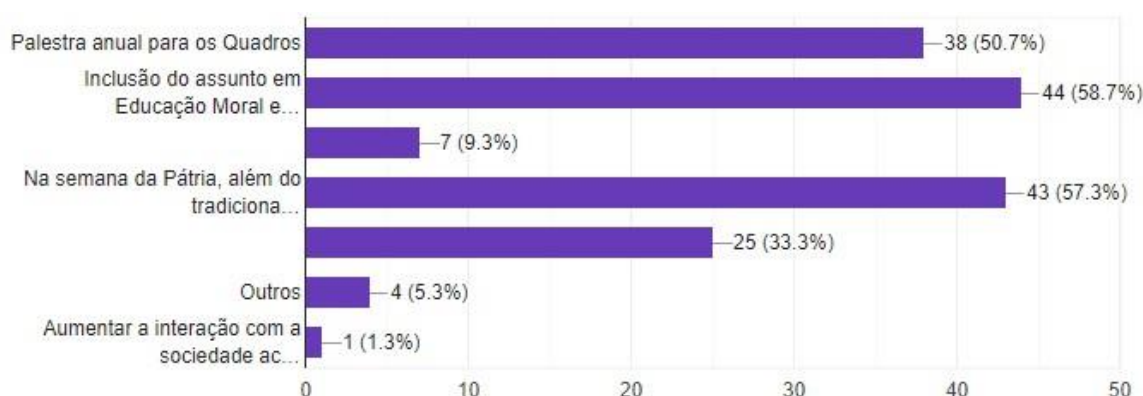


**Figura 6** – Percentagem dos participantes que participaram de alguma instrução sobre a história da Independência do Brasil, em alguma das OMs em que serviram.

**Fonte:** O Autor

Analisando a figura 6, observa-se que 88% dos questionados afirmam nunca terem participado de alguma instrução sobre a história da Independência do Brasil em alguma das OMs em que serviram, o que gera indícios de que essa prática não é corriqueira nos diversos quartéis espalhados pelo país. Os demais 12% afirmam que travaram contato com algum tipo de instrução acerca do tema e a eles foi aberto espaço para citarem essas atividades. Suas citações seguem abaixo:

- Realizando palestras em escolas públicas e nos estabelecimentos de ensino do EB;
- Instrução para oficiais e sargentos sobre a Independência do Brasil na EsSA;
- Instrução do período básico. Porém, pelo que me recordo foi apenas uma parte de uma instrução, pois não era o assunto principal;
- Palestras em escolas públicas e instrução de quadros; e
- No CPOR/PA tem a matéria História Militar para os alunos, com prova e trabalhos ao final do módulo.



**Figura 6** – Percentagem de escolhas dos participantes, entre atividades levantadas pelo autor, as quais poderiam se mostrar como boas propostas para o aumento do conhecimento da história de Independência do Brasil pelos militares do Exército.

**Fonte:** O Autor

Ao analisar o gráfico da Fig. 6, verifica-se que 50,7% dos militares questionados acreditam que a realização de palestras anuais para os quadros seria uma boa proposta para alcançar a melhoria do conhecimento acerca da História de Independência do Brasil para os militares do Exército. Para 58,7% isso seria possível com a inclusão do assunto em Educação Moral e Cívica na instrução Individual Básica. Verifica-se que 57,3% dos questionados entende que na semana da Pátria, além do tradicional desfile do 7 de setembro, poderia ser ministrada alguma palestra para relembrar os momentos que marcaram a Independência do país. Cerca de 33,3% acredita que uma boa medida seria a inclusão do assunto no CTTEP da unidade. As

demais ideias que foram adquirir livros de História do Brasil para a Biblioteca e/ou RP dos batalhões, bem como aumentar a interação dos batalhões com a sociedade acadêmica, pontuaram com menos de 10% de escolhas. Ainda foi aberto espaço para que os participantes escrevessem alguma proposta nesse sentido e obteve-se quatro respostas escritas:

- Concurso literário no âmbito dos cabos e soldados com esta temática;
- Pós-graduação em história do Brasil;
- Na argentina todas as semanas os oficiais e Suboficiais tem que falar nas formaturas sobre algum assunto da História Militar de seu Exército. Seja Malvinas, ou seja, sobre alguma história antiga. Isso vai trabalhando o coração do militar, pois ninguém pode amar o que não conhece. Essa prática poderia ser aplicada também aqui no Brasil.
- Não temos a cultura da leitura no Brasil. Inclusive nos quadros de oficiais superiores a quantidade de leitores não é alta. Então temos que apelar para meios visuais mais chamativos.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, conclui-se que a presente investigação atendeu ao pretendido, ampliando a compreensão sobre a necessidade de despertar o interesse pela História do Brasil para a manutenção do Patriotismo, mais precisamente no tocante aos fatos históricos que culminaram na independência do Brasil. A revisão de literatura possibilitou o resgate de fatores ideológicos, econômicos e políticos que alimentaram o descontentamento da população da antiga colônia portuguesa, a qual não via mais com bons olhos o regime colonialista, e dado o processo de enfraquecimento dos laços de dependência econômica e cultural dos dois países, culminou uma série de movimentos regionais, que apesar de apaziguados, serviram para reforçar o anseio separatista do povo brasileiro e dos portugueses que escolheram o Brasil como novo local de moradia.

Verificou-se, ainda, que a Independência em si ocorreu de forma pacífica, no entanto além dos movimentos regionais citados acima, nos quais se observou algum tipo de conflito, cabe destaque também um conflito não previsto na composição inicial

deste trabalho, porém citado na entrevista do Cel R1 Sérgio Bueno, que foi a Guerra de Independência, ocorrida após o dia 7 de setembro de 1822, para expulsar de vez as tropas portuguesas remanescentes. Todo esse cenário bélico serviu de alicerce para a formação do Exército Brasileiro.

Diante dos relatos históricos expostos, pôde-se realizar um estudo acerca da importância dos militares do Exército conhecerem e cultuarem tais fatos, de maneira que ao cruzar as informações levantadas mediante questionário e entrevista, pôde-se perceber que para boa parte dos participantes, esse conhecimento é importante para os militares, ainda que não esteja muito bem difundido entre todos e por isso, levantou-se uma série de oportunidades de melhoria na transmissão desse conhecimento, a serem discutidos no Anexo A deste trabalho.

Por fim, uma vez confirmada a importância do militar do Exército Brasileiro conhecer a história do seu país e da sua Força, cabe uma reflexão sobre a diferença que esse conhecimento causa no nível de patriotismo do militar.

E a citação que o Cel R1 Sérgio Bueno faz, atende muito bem a essa questão quando extrai do Manual do Exército Brasileiro, EB 20 – MF – 10.101, 1ª Edição, 2014. Página 4-8 que:

O patriotismo pode ser entendido como o amor incondicional à Pátria. Esse amor impele o militar a estar pronto a defender sua soberania, integridade territorial, unidade nacional e paz social. Caracteriza-se pela vontade inabalável do cumprimento do dever militar, mesmo que isto prescinda o sacrifício da sua própria vida.

Tais sacrifícios foram exercidos com afinco para garantir a emancipação da nação brasileira, e lembrar esses atos é sim importante para que atualmente, as tropas brasileiras motivem-se a manter o preparo para o combate em nome de sua Pátria.

## REFERÊNCIAS

CARDOSO, Maria Luiza. Educação no exército português na época da “viradeira”. 2006. 15f. Pesquisa

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CALOGERAS, J. Formação Histórica do Brasil. 5. Ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 1957.

DESCONHECIDO. Olhares sobre as Mulheres – Homenagem a Zília Osório de Castro. Lisboa: CESNOVA, 2011.

DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole e outros estudos. Ed. 2. São Paulo: Alameda, 2009.

FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

FROTA, G. Quinhentos Anos de História do Brasil. Ed. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército. 2000.

HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII (De Montesquieu a Lessing). Lisboa: Editorial Presença, 1989. p. 142.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil. Revista de História Económica e Social, n. 8, 2. série. Lisboa: Âncora Editora, 2004.

SILVA, Luiz Geraldo. Aspirações Barrocas e Radicalismo Ilustrado: raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823). In: JANCSÓ, István (organizador). Independência: História e historiografia. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2005, p. 916

Desconhecido. Olhares sobre as Mulheres – Homenagem a Zília Osório de Castro. Lisboa: CESNOVA, 2011.

BRASIL. Estado-Maior. EB 20 – MF – 10.101 O Exército Brasileiro, 1. Ed, 2014. 2. Brasília, 2000, p. 4-8.

## ANEXO A – SOLUÇÃO PRÁTICA

Diante do exposto no trabalho, é possível elencar algumas soluções práticas, para aumentar o nível de conhecimento dos militares do Exército sobre a Independência do Brasil e, assim, contribuir para um constante desenvolvimento do patriotismo no âmbito das Organizações Militares. Essas soluções foram extraídas tanto dos resultados do questionário aplicado quanto das entrevistas realizadas com especialistas da área da História.

Primeiramente, é válido analisar os resultados do questionário, o qual aponta que mais da metade dos participantes nunca presenciaram ou participaram de alguma instrução acerca do assunto. Nesse sentido, pode-se extrair poucos, porém interessantes relatos de exemplos de atividades que cumprem bem essa tarefa de multiplicar o conhecimento em questão.

Destaca-se a realização de palestras, de instrução para os oficiais e sargentos da Unidade e por fim, inclusão de História Militar nas escolas de formação/cursos que ainda não tenham a matéria. Alguns desses exemplos já vivenciados, foram citados também como sugestão em outro tópico do questionário, no qual pode-se extrair outras sugestões bastante relevantes, como por exemplo, incluir o assunto na Instrução Individual Básica.

Na sequência, pode-se analisar também as informações obtidas na entrevista aplicada, as quais refletem conhecimentos adquiridos e experiências vividas pelos entrevistados. O TC Bortolucci afirma que estudar o processo de Independência do Brasil, é conhecer todo o contexto mundial e nacional, em todos os aspectos como políticos, econômicos, militares, geográficos, psicossociais, dentre outros e relacioná-los ao esforço do povo e de seus governantes, à época, para ser independente e buscar soluções próprias para seu crescimento. Nesse contexto, ele sugere, a diversificação da literatura e criação de uma metodologia para o estudo de história pelos militares. No mesmo intuito de contribuir com soluções práticas, o Cel R1 Sérgio Bueno sugere algumas atividades para aumentar o conhecimento por parte dos militares do Exército e comemorar o Bicentenário de Independência do Brasil em 2022: realização de reencenações históricas, promoção de visitas culturais a museus e a locais de importância histórica, realização de palestras e/ou formaturas alusivas aos patronos do Exército Brasileiro que combateram na Guerra da Independência e por fim, realização de concurso literário entre os militares das Organizações Militares.



## ANEXO B – QUESTIONÁRIO



**MINISTÉRIO DA  
DEFESA EXÉRCITO  
BRASILEIRO DECEx -  
DESMil**

**ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS (EsAO/1919)**

### QUESTIONÁRIO

O presente instrumento é parte integrante do Artigo Científico do Cap Bruno Gomes de Paiva, cujo teor é o “BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL”. Pretende-se, através da compilação dos dados coletados, fornecer subsídios capazes de determinar a importância da valorização do processo histórico da Independência do Brasil, na formação do patriotismo do militar do Exército Brasileiro. A fim de enriquecer o trabalho, o(a) senhor(a) foi selecionado, dentro de um amplo universo, para responder as perguntas deste questionário. Solicito-vos a gentileza de respondê-lo o mais completamente possível. A experiência profissional do(a) senhor(a) irá contribuir de sobremaneira para a pesquisa. Será muito importante ainda, que o senhor complemente quando assim o desejar, com opiniões a respeito do tema.

1 - O posto do(a) senhor(a) é:

Cel ( ) Ten Cel ( ) Maj ( ) Cap ( ) 1º Ten ( ) 2º Ten ( )

2 - Após sua formação para o oficialato do Exército, há quanto tempo o (a) senhor (a) está trabalhando nas mais diversas Organizações Militares que estão espalhadas pelo Brasil?

- ( ) Até 2 anos
- ( ) De 2 a 5 anos
- ( ) De 5 a 10 anos
- ( ) Mais de 10 anos

3 - Acerca da Independência do Brasil, o(a) senhor (a) acredita que os militares do Exército Brasileiro, no geral, tem um conhecimento:

- ( ) Excelente
- ( ) Muito Bom
- ( ) Bom
- ( ) Regular
- ( ) Insuficiente

4 - O(a) senhor(a) acredita que cultivar a história da Independência do Brasil para o Exército é:

- Muito Importante]
- Importante
- Pouco Importante
- Não é importante

5 - O(a) senhor(a) acredita que incluir instrução(ões) nos Programas de Instruções da Unidade, sobre a história da Independência do Brasil pode auxiliar na formação do patriotismo de nossos militares?

- Sim
- Não

6 - O(a) senhor(a) já participou de alguma instrução sobre a história da Independência do Brasil em alguma das OMs em que serviu?

- Sim
- Não

7 - Em caso positivo, cite qual(is):

---

---

8 - Em sua opinião, quais seriam boas propostas para o aumento do conhecimento da história de Independência do Brasil pelos militares do Exército?

- Palestra anual para os Quadros
- Inclusão do assunto em Educação Moral e Cívica na IIB
- Aquisição de livros de História do Brasil para a Biblioteca e/ou RP dos batalhões
- Inclusão do assunto no CTTEP da unidade
- Na semana da Pátria, além do tradicional desfile do 7 de setembro, relembrar a História do Brasil aos militares da guarnição
- Aumentar a interação com a sociedade acadêmica
- Outros

Caso tenha preenchido outros, cite qual(is):

---

## ANEXO C – ENTREVISTA



MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
DECEx - DESMIL  
ESCOLA DE  
APERFEIÇOAMENTO DE  
OFICIAIS (EsAO/1919)

### **Entrevista sobre a necessidade de despertar o interesse pela história do Brasil para a manutenção do patriotismo**

O presente instrumento é parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso do Cap Eng Bruno Gomes de Paiva, cujo tema é **BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A NECESSIDADE DE DESPERTAR O INTERESSE PELA HISTÓRIA DO BRASIL PARA A MANUTENÇÃO DO PATRIOTISMO.**

O referido estudo tem por objetivo inicial, participar da comemoração do aniversário de Independência do Brasil, levantando seus principais acontecimentos, fazendo ligações dos fatos com a própria história do Exército Brasileiro, e em um segundo momento, levantar possíveis maneiras de aumentar o conhecimento destes fatos históricos junto aos militares do Exército, pois a história de um país quando cultuada por seu povo revela sinal de patriotismo, e patriotismo é também uma característica da profissão militar.

Grato desde já pelo tempo dispensado. Sua contribuição é de extrema importância.

Qual seu Posto/Grad/A/Q/S/Nome/Turma de formação?

---

Quais experiências ou cursos na área de História/História Militar o senhor possui?

---

Você acredita que o processo de Independência do Brasil está ligado também com o início da formação do Exército Brasileiro? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Você acredita que para o militar do Exército é importante conhecer os fatos históricos da Independência do Brasil? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Você acredita que conhecer a história da Independência do Brasil remonta a ideia de patriotismo? Por quê?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Na sua opinião, a história de Independência do Brasil vem sendo transmitida, nos últimos anos, pelos quartéis aos seus militares de maneira satisfatória? Comente.

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Na sua opinião, quais seriam as maneiras de aumentar esse conhecimento por parte dos militares do Exército?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**Assinatura do entrevistado**